

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM
ESCOLAS**

**ANA CÉLIA MONTEIRO LAURINDO CAVALCANTE
ELISANGELA MARIA DA SILVA**

Maceió
2025

**ANA CELIA MONTEIRO LAURINDO CAVALCANTE
ELISANGELA MARIA DA SILVA**

**REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM
ESCOLAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro de
Educação como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Pedagogia.**

Orientadora: Profª Drª Deise Juliana Francisco

Maceió
2025

**ANA CÉLIA MONTEIRO LAURINDO CAVALCANTE
ELISANGELA MARIA DA SILVA**

**REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM
ESCOLAS**

**Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para
obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).**

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14/11/2025.
Orientadora: Profa. Dra. Deise Juliana Francisco (CEDU/UFAL)**

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente



DEISE JULIANA FRANCISCO

Data: 17/11/2025 16:43:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Deise Juliana Francisco(CEDU/UFAL) Presidente

Documento assinado digitalmente



ADILSON ROCHA FERREIRA

Data: 17/11/2025 21:33:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Adilson Rocha Ferreira (SEDUC) 2º. Membro

Documento assinado digitalmente



JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA LIRA

Data: 17/11/2025 20:43:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Janayna Paula Lima de Souza Santos (CEDU/UFAL) 3º. Membro

REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS

Ana Célia Monteiro Laurindo Cavalcante¹

Elisângela Maria da Silva²

Prof^a Dr^a Deise Juliana Francisco³

RESUMO: A educação sexual é um tema muito importante tanto social como pedagogicamente, principalmente diante dos desafios que estão sendo enfrentados por crianças e adolescentes em sua construção de identidade e em sua compreensão da sexualidade. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da educação sexual dentro do contexto escolar e também estratégias e caminhos possíveis para sua inserção nas práticas pedagógicas. A pesquisa se fundamenta em autores como Freud (2016), Foucault, Redin (2004), Tardif (2002) e Figueiró (1998), além de documentos legais como a Constituição Federal (1988), LDB (1996), ECA (1990), PCNs (1997-1998) e BNCC (2017). A investigação bibliográfica narrativa busca discutir sobre o papel do professor destacando a necessidade de sua formação continuada e abordagens que valorizem o diálogo, respeito e diversidade. Os resultados apontam que fatores morais, religiosos e culturais contribuem para o silenciamento da temática no ambiente escolar. Dessa forma, a educação sexual é entendida como um processo formativo essencial para o desenvolvimento integral do estudante e da escola. Conclui-se que o fortalecimento da formação docente, o diálogo com as famílias e a articulação com os documentos legais são estratégias essenciais ao tratar o tema de forma transversal, crítica e humanizada, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

Palavras-chave: Educação sexual; prática pedagógica; abordagem interdisciplinar.

ABSTRACT: Sexual education is a highly relevant topic both socially and pedagogically, especially in light of the challenges faced by children and adolescents in the construction of their identities and in their understanding of sexuality. This study aims to analyze the importance of sexual education within the school context, as well as possible strategies and pathways for its integration into pedagogical practices. The research is grounded in authors such as Freud (2016), Foucault, Redin (2004), Tardif (2002), and Figueiró (1998), in addition to legal documents including the Federal Constitution (1988), the Law of Guidelines and Bases of National Education – LDB (1996), the Child and Adolescent Statute – ECA (1990), the National Curriculum Parameters – PCNs (1997–1998), and the National Common Curricular Base – BNCC (2017). The narrative bibliographic investigation seeks to discuss the role of the teacher, highlighting the need for continuing professional development and for approaches that value dialogue, respect, and diversity. The results indicate that moral, religious, and cultural factors contribute to the silencing of this topic within the school environment. Thus, sexual education is understood as an essential formative process for the integral development of students and of the school itself. It is concluded that strengthening teacher education, fostering dialogue with families, and articulating practices with legal documents are essential strategies for addressing the topic in a transversal, critical, and humanized manner, contributing to the construction of a more just, inclusive, and respectful society.

Keywords: Sexual education; pedagogical practice; interdisciplinary approach.

¹ Graduanda em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

² Graduanda em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

³ Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deise Juliana Francisco, docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma discussão sobre a educação sexual nas escolas.. De acordo com Werebe (1998), a sexualidade faz parte do nosso cotidiano e é construída de maneira natural a partir das experiências que vivemos, refletindo-se nas interações e aprendizados do contexto social.

Durante muito tempo, acreditava-se que falar sobre esta, no contexto escolar, era um grande desafio e carregado de tabus. Segundo Ribeiro (2017 apud Vicente, 2024, p.6), quando falamos sobre educação sexual, esta “[...] se constitui em um espaço para se debater questões de sexualidade a partir de um viés didático, científico, acadêmico [...]”, dentre as quais estão incluídos conhecimentos relativos à anatomia, à fisiologia humana, às relações de gênero, aos direitos sexuais e à cidadania. Para o autor, o termo educação sexual é o mais adequado para se referir à dimensão pedagógica da sexualidade, pois “[...] é mais conhecido, popularmente enraizado e define bem tanto um campo de intervenção pedagógica quanto área de ciência educacional.”

Ao compreender essa temática como um campo de intervenção pedagógica, devemos reconhecer na escola, identificada pela sociedade como um espaço de formação integral da criança, um ambiente onde o conhecimento sistematizado e as vivências dos alunos, promovem reflexões críticas sobre sociedade, respeito e cidadania.

Diante do exposto, fica o questionamento: apesar da educação sexual ser de extrema relevância para prevenção de abusos, relações de convivência, respeito, consciência sobre o corpo, ou seja, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, como as escolas podem superar os desafios pedagógicos e desenvolver práticas efetivas e inclusivas que atendam as necessidades dos discentes?

Através dessa pesquisa, pretendemos contribuir para que os docentes reflitam criticamente sobre o tema, cooperando com a defesa de uma infância protegida e informada e, para que haja eficácia, auxiliar com um apoio teórico para fortalecer a prática pedagógica.

1 OBJETIVOS

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental anos iniciais na abordagem da Educação Sexual em sala de aula.

Para explicitar os caminhos a serem percorridos apresentam-se, a seguir, os objetivos específicos:

- analisar os impactos de tabus socioculturais e familiares na prática pedagógica para a Educação Sexual;
- examinar a contribuição dos documentos legais e curriculares sobre a orientação da educação sexual nas escolas;
- sugerir caminhos que auxiliem os professores para que a Educação Sexual seja abordada de forma preventiva e protetiva.

2 JUSTIFICATIVA

A educação sexual nas escolas é um tema muito importante que contribui para o desenvolvimento dos estudantes onde as noções sobre corpo, relações de convivência, empatia, respeito começam a ser construídas. Embora não nomeada em todos os documentos legais do nosso país, está respaldada no que tange ao direito à formação integral, ao acesso à informação e à proteção da infância e adolescência. A Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/97-98), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), e o Plano Nacional de Educação, tratam de forma transversal ou direta sobre o assunto.

Trabalhar a educação sexual nos anos iniciais é uma forma de prevenção para a violência sexual infantil que tem crescido o número de vítimas nos últimos anos. O Brasil é o 5º entre os países que mais tem denúncias de casos de abuso⁴. A educação sexual, é fundamental para a proteção das crianças, pois promove o autocuidado, noções de respeito e limites.

A escolha dessa temática não está apenas num interesse acadêmico, mas de uma trajetória pessoal de ambas as autoras, marcada pela experiência do abuso sexual na

⁴Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2025-04/brasil-e-o-5-o-entre-paises-com-mais-denuncias-de-abuso-sexual-infantil>

infância, impulsionando a busca por respostas sobre como a escola pode atuar de forma eficaz na proteção de outras crianças.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a investigar os desafios enfrentados pelos professores, identificando obstáculos, fatores de resistência e possibilidades de intervenção, apontando caminhos que fortaleçam a prática docente e promovam a formação integral da criança.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender a educação sexual no contexto escolar envolve um olhar atento para os elementos sociais, históricos e pedagógicos que influenciam as práticas docentes e traça um caminho para a sua abordagem. Essa temática é marcada por tensões entre valores morais e religiosos, expectativas familiares e discursos científicos e pedagógicos que demandam uma análise para compreender e reconhecer como construir práticas pedagógicas críticas e humanizadoras.

Redin (2004) reforça a importância de uma formação escolar que vá além do conteúdo escolar promovendo na criança uma consciência crítica, fazendo-a se sentir pertencente a tiva na sociedade. O autor aponta para um desenvolvimento escolar que fortaleça a autonomia e a capacidade de atuação para que os indivíduos compreendam e transformem a sociedade onde vivem.

[...] necessita ser construída onde, junto com o domínio instrumental básico de conhecimentos, a criança se sinta participante dos destinos do seu país, para interferir nas decisões que lhe digam respeito, possa expressar seus interesses e tenha suas necessidades básicas conscientes, satisfeitas e/ou lute por elas. (Redin, 2004, p.8)

Mas ainda existem muitas barreiras históricas e sociais quando o assunto é a educação sexual. Até hoje é um assunto cheio de polêmicas e tabus que permeiam diferentes visões e culturas. Muitos professores enfrentam diversos desafios para abordar a temática, pois os documentos que permeiam sua atuação pedagógica, não está claro como proceder para trabalhar sobre a Educação Sexual, existe também a deficiência na formação inicial e continuada no debate sobre esse assunto e a resistência familiar e as interpretações realizadas a respeito do tema.

[...] o saber profissional está, de um certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da

instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação, etc. (Tardif, 2002, p.64).

Nesse contexto, a reflexão de Pierre Bourdieu contribui para que possamos compreender porque determinados temas são pouco discutidos no ambiente escolar. Embora não aborde diretamente sobre a sexualidade, ele mostra como estruturas sociais, culturais e religiosas acabam sendo perpetuadas nas escolas: o que o autor chama de *reprodução simbólica*. Práticas, discursos e expectativas morais são reforçadas num mecanismo sutil, moldando a narrativa pedagógica: o que pode ser ensinado, o que não deve ser dito, o que é considerado apropriado e o que é tratado como tabu. Em resumo, a escola acaba absorvendo e reproduzindo valores sociais dominantes.

[...] Definindo-se tradicionalmente o 'sistema de educação' como o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado (isto é, a informação acunhada), as teorias clássicas tendem a dissociar a reprodução cultural da sua função de reprodução social, isto é, a ignorar o efeito próprio das relações simbólicas na reprodução das relações de força. (Bourdieu, 1992, p.25)

As forças das normas simbólicas amplamente naturalizadas, contribui para que a temática seja tão pouco discutida em sala de aula. Dentro desse contexto, Fiorini (2020) afirma que a influência da mídia tem afetado na formação da sexualidade (músicas, propagandas, internet) e muitos desses conteúdos têm sido acessados de forma dispersa e sem o acompanhamento crítico necessário. Diante disso a abordagem da temática, para os educadores, fica limitada devido a resistência da família e os tabus socioculturais.

Abordada de forma transversal⁵, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define dez competências gerais que devem orientar toda a educação básica que presume que as aulas relacionadas a esse assunto sejam direcionadas à construção de valores, prevenção de abusos, autoconhecimento, respeito à diversidade e promoção da saúde.

Nesse contexto, destaca-se a Competência 8, que propõe: "Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas."

Historicamente, no início do século XX, a sexualidade foi tratada como assunto

⁵ A Educação Sexual nas séries iniciais deve ser integrada multidisciplinarmente respeitando a faixa etária e a maturidade dos alunos.

exclusivo, sem um caráter pedagógico, mas focado no controle médico e social. A escola era frequentemente utilizada para discutir saúde pública com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e regulação moral baseada em valores religiosos. De acordo com Figueiró (2010) e Sfair, Bittar e Lopes (2015), a educação para a sexualidade era vista de uma forma repressiva, para controlar comportamentos e sem a valorização da formação integral do sujeito.

O código moral enraizado em nossa sociedade até hoje torna um desafio discutir sobre a sexualidade, pois acredita-se que assim fazendo estarão estimulando o ato sexual entre crianças e adolescentes. Nesse cenário, diversos indivíduos deixam de receber as informações necessárias sobre cuidados com o corpo, limites e identificação de situações em que o abuso esteja presente.

Além disso, precisamos analisar os efeitos das normas morais e religiosas têm dentro das escolas e fica perceptível o impacto que estes têm sobre as meninas. o sexo feminino é historicamente mais controlado, vigiado e responsabilizado moralmente. Conforme destaca Louro (2015), em sua obra *“Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer”*, as expectativas de comportamento relacionadas às garotas - recato, passividade e obediência - ainda são reforçadas nas escolas.

O pensamento de Paulo Freire (2002), reforça a ideia de uma atuação pedagógica crítica e emancipadora e o educador precisa ser um sujeito crítico e comprometido com a transformação social. Ele é um sujeito de constante aprendizagem e “Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino” (Freire, 2002, p.44). Portanto, ao abordar a Educação Sexual nas escolas, é preciso uma postura aberta e investigativa capaz de dialogar com os alunos e rever suas próprias ideias.

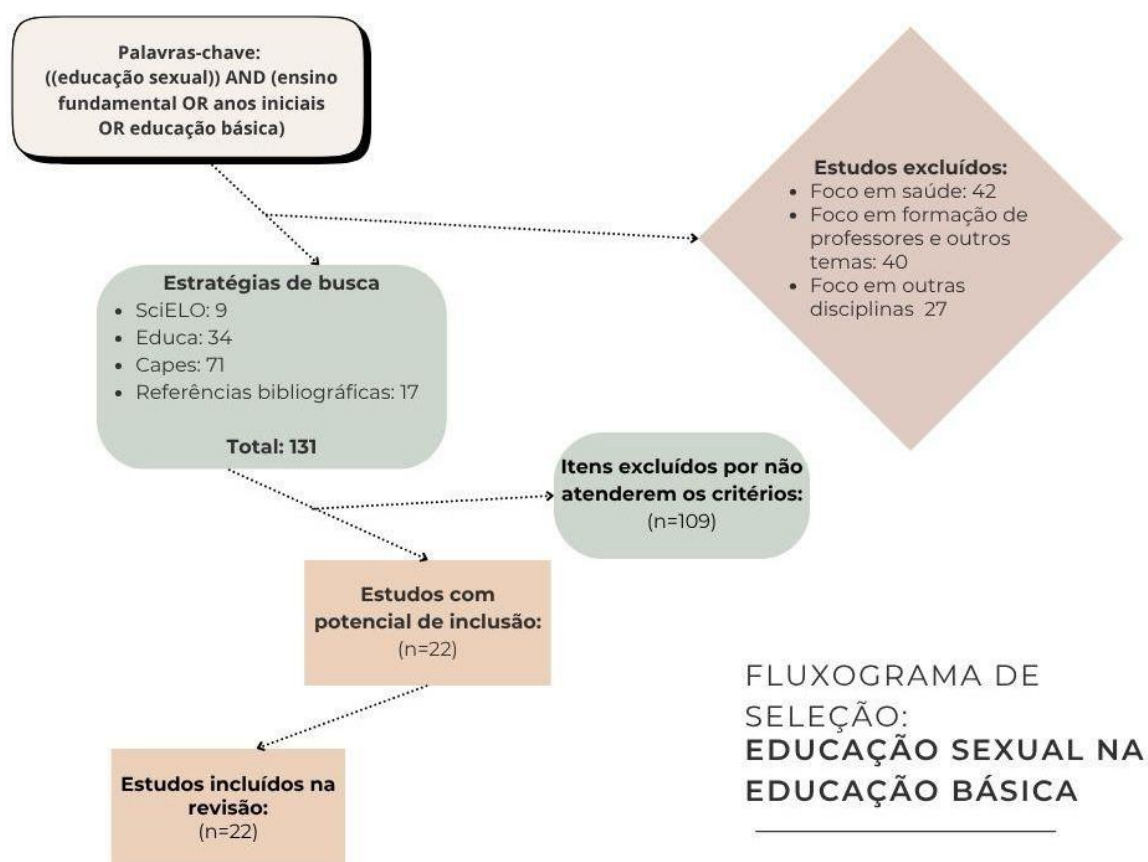
4 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, sendo uma revisão narrativa de literatura. O estudo desenvolve-se a partir de análises documental de produções científicas que permeiam a temática em questão, publicadas nas bases de dados SciELO, Periódicos Capes e Educ@, bem como de documentos legais e orientações Curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs), por exemplo.

A leitura exploratória foi realizada em cinco momentos entre fevereiro e maio de 2024, ocorrendo com base em três critérios pré definidos, são eles: 1- Educação Sexual, 2- Educação Básica e 3- Práticas em sala de aula, analisando por meio destes se a literatura revisada trata ou não do assunto envolvido na pesquisa, pois, “Esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa.”(Gil, 2002, p.77)

O fluxograma a seguir demonstra o processo utilizado para selecionar as produções científicas voltadas para temática sobre educação sexual e a prática pedagógica. As buscas foram realizadas em diferentes bases de dados - SciELO, Educ@, Capes e referências bibliográficas - resultando em 131 trabalhos identificados. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 22 trabalhos para compor a análise final, conforme demonstra o esquema abaixo.



Os materiais selecionados foram analisados de maneira crítica e sistemática permitindo identificar os principais desafios enfrentados pelos professores, as barreiras

impostas pelo contexto social e familiar e estratégias sugeridas pelos autores na prática pedagógica.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não haverá coleta de dados em campo, sendo utilizadas as informações contidas em publicações e textos oficiais. Mas, essa delimitação não prejudicará o alcance dos objetivos, contudo oferece subsídios teóricos para a reflexão crítica dos educadores e o fortalecimento da prática pedagógica na abordagem da educação sexual.

5 EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEITOS E CAMINHOS



Embora sexualidade e educação sexual se relacionem, elas não podem ser consideradas sinônimas, pois primeira não está restrita somente a reprodução ou abordagens biológicas, mas em uma dimensão ampla da vida do indivíduo envolvendo corpo, afeto, identidade, relações sociais e culturais que são partes constituintes dos seres humanos. “A sexualidade do ser humano é inegável e faz parte do cotidiano das pessoas, desde a infância inclusive, onde ocorrem as primeiras descobertas corpóreas” (Souza; Souza, 2011, p.254). É um fenômeno complexo, presente em todas as etapas de nossa vida e, no campo educacional, precisa haver uma reflexão crítica. Enquanto que, na segunda, há mediação de saberes com orientações e reflexões a respeito desse tema buscando um equilíbrio na transmissão de informações e na construção de uma conduta reflexiva a fim de que os sujeitos se posicionem e compreendam as diferentes questões que envolvem a sexualidade.

Durante muito tempo, a Educação Sexual foi mantida em um contexto biológico

focado no corpo e na prevenção de doenças e gravidez precoce. Mas, esta se constitui de diferentes interpretações e práticas, variando de acordo com seu contexto histórico, social ou cultural. Ao longo das últimas décadas, a discussão sobre esse tema alcançou outras dimensões sociais, afetivas, direitos humanos e éticas.

Karla Firmino (2016) faz uma linha do tempo quando fala que a sexualidade na infância, durante os séculos XVIII e XIX, era associada a alguma patologia e por vezes havia vigilância e repressão.

ao iniciar o século XX Freud publicou, em 1905, os três ensaios sobre a teoria da sexualidade, publicação esta que causou escândalo, na medida em que Freud esclarecia a existência da sexualidade da criança, retirando a sexualidade infantil do campo da patologia e dando-lhe caráter de normalidade (Silva, 2016, p.13).

Freud (1905) descreveu o desenvolvimento sexual em fases - oral (prazer ligado à boca e à sucção), anal (prazer relacionado ao controle das eliminações), fálica (interesse pelos genitais e descoberta das diferenças sexuais), latência (diminuição do interesse sexual, foco no convívio social e na aprendizagem) e genital (sexualidade madura, voltada para relações afetivas e sociais) - e afirmou também que a sexualidade é influenciada por fatores psicológicos, sociais e culturais e deve ser entendida como parte integrante do desenvolvimento humano construída desde sua infância. Essa visão rompe com a compreensão restrita da sexualidade como algo meramente biológico, remete para a sua complexidade e da necessidade de uma abordagem mais ampla. Em um contexto marcado por valores moralistas e repressivos, Freud se destacou ao compreender a criança como um sujeito ativo, com emoções, desejos e conflitos.

A Educação para a sexualidade não pode ser abordada utilizando um único conceito. Houve diversos avanços nas políticas públicas, documentos legais e práticas pedagógicas, mas ainda existem diversos obstáculos causados pelos tabus, contestação familiar, crenças religiosas e despreparo docente. Nesse sentido, o olhar foucaultiano contribui para compreender o porquê da permanência dessas resistências.

Foucault (1985), em sua obra *A Microfísica do Poder*, não fala diretamente sobre a educação sexual, mas explica sobre a sexualidade e em como ela foi historicamente moldada pelas diversas instituições sociais. “A burguesia não se interessa pelos loucos mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil mas pelo sistema de poder que a controla [...]” (Foucault, 1985, p.104). Essa perspectiva nos ajuda a compreender os entraves enfrentados pela escola, já que a sexualidade, ao longo da escola, foi marcada por mecanismos de repressão e normatização.

A integração da orientação sexual nos documentos oficiais, representou um marco significativo no campo educacional e nas políticas públicas. Ao mesmo tempo,

evidenciou as dificuldades e os desafios para sua implementação na realidade do cotidiano escolar e prática pedagógica.

Isso evidencia que, falar sobre o tema, é saber lidar com normas, controles e resistências que regulam corpos e comportamentos. Muitas vezes, a educação sexual não escapa desse contexto onde por vezes está silenciada ou em abordagem biologicista. Falar sobre esse assunto nas escolas, vai além de dar informações, mas abrir espaços para discursos e questionamentos. Amplia o olhar do educador perante as demandas dos alunos tornando a prática pedagógica mais inclusiva e visando a formação integral do aluno com respeito e equidade.

a. A escola como espaço de formação integral

Em sua concepção, a escola é entendida como um espaço que vai além da transmissão de conteúdos curriculares, ela também deve desenvolver as dimensões sociais, emocionais, éticas e culturais dos seus alunos. Um lugar onde os indivíduos podem ser reconhecidos como sujeitos que estão em processo contínuo de desenvolvimento e num ambiente privilegiado de formação integral.

Nessa perspectiva, podemos estabelecer um diálogo com as ideias de Jan Amos Comenius (1592-1670), pensador humanista e pedagogo conhecido como o “pai da didática moderna”, que marcou a história da educação. Em sua obra *Didática Magna* (1657), o autor defendia a *Pansofia* que consistia no ideal de “ensinar tudo a todos”. Para ele, a escola deveria ser um espaço acessível e inclusivo, promovendo não somente o desenvolvimento intelectual, mas também moral, espiritual e social.

Em um contexto histórico marcado por guerras e desigualdades sociais, sua proposta revela-se atual em discussões que permanecem centralizadas. Defendia que a educação estivesse comprometida com a formação integral do indivíduo e sua reflexão ajuda a construir estratégias educativas que integrem saberes, valores e experiências.

Nesse contexto, a educação sexual surge como parte essencial da formação integral, uma vez que a sexualidade está presente em diferentes fases e dimensões da existência humana. “As escolas deveriam ter um compromisso de, ou preparar de fato melhor seus professores ou ter em sua rede escolar, profissionais que estivessem disponíveis para fazer esse papel científico de orientação sobre a sexualidade” (Souza; Souza, 2011, p.254).

Por isso, nas instituições de ensino, a sexualidade deve ser vista e compreendida não apenas em seu caráter biológico, mas também cultural e socialmente, propiciando o respeito, a autonomia e a convivência. Todos esses aspectos enriquecem o processo

educativo fortalecendo a cidadania promovendo uma educação comprometida com os direitos humanos e a dignidade de cada sujeito. Ademais, quando a sexualidade é abordada de forma ampla, a educação sexual na escola atua como mediadora entre os saberes familiares, sociais e científicos promovendo um diálogo que ajuda a esclarecer dúvidas e desfazer tabus e preconceitos.

Nesse sentido, as contribuições de Freud (1905) são essenciais e romperam com a visão tradicional de sua época, pois ele demonstrou que essa discussão faz parte da vida psíquica da criança, contrariando a ideia de anomalia ou reprodução. Ele abriu um caminho para compreender a sexualidade como dimensão estrutural e natural do indivíduo e seu desenvolvimento, reforçando a necessidade de tratá-la de forma responsável, crítica e formativa.

A teoria de Freud (1905) fornece subsídios importantes para o campo educacional. Sendo a escola um dos principais espaços de socialização onde crianças e adolescentes têm oportunidades de viver experiências, descobertas e sentimentos, ela deve contribuir tanto para a formação cognitiva, quanto para o desenvolvimento social, crítico, ético e afetivo, formando sujeito mais conscientes, autônomos e respeitosos em suas relações.

Quando falamos em escola como espaço de formação integral, precisamos reconhecer a importância da aprendizagem para além dos muros, nas interações e em suas múltiplas dimensões da vida cotidiana.

A educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências. O tempo de aprender é aqui e agora. Sempre. (Gadotti, 2009, p.22)

Essa afirmação nos leva a refletir que o processo educativo não se limita ao espaço físico da escola, mas está presente em todos os contextos da convivência humana. É defendida uma educação que não está restrita a tão somente transmissão de conteúdos, horários ou ambientes específicos, mas é construída nas experiências cotidianas, nas relações sociais e nos vínculos afetivos, num movimento contínuo.

Dentro dessa perspectiva, a escola assume um papel privilegiado de sistematizar, organizar e estabelecer a finalidade a esse caminho, mas reconhecendo que a formação integral do sujeito deve estar articulada com a família, comunidade e os outros ambientes aos quais está inserido.

Paulo Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, destaca uma prática educativa libertadora, enxergando o estudante em todas as suas dimensões e protagonistas da produção do seu conhecimento. Relacionado com a temática desta pesquisa, significa não somente abordar um tema socialmente relevante, mas favorecer a construção de

cidadãos conscientes, críticos e participativos.

É sob essa ótica que a educação sexual se encaixa como tema transversal, uma vez que a sexualidade é parte constituinte do ser humano, atravessando aspectos biológicos, afetivos, sociais e culturais. Estando inserida nesse panorama a escola tem a responsabilidade de promover um diálogo crítico e formativo que possibilite o convívio, o respeito e a autonomia, consolidando-se como um espaço de formação de saberes.

Além disso, é fundamental entender que integrar a educação sexual à prática escolar passa por diversos desafios que exigem atenção e reflexão por parte dos educadores. Os tabus socioculturais, resistências familiares e dificuldades para abordar o tema pelos docentes: dentro desse contexto a escola precisa criar ambientes seguros e acolhedores, permitindo um diálogo aberto e crítico. Este movimento proporciona o fortalecimento da compreensão da sexualidade como dimensão integral do ser humano instruindo-os a interagir de maneira ética e responsável em diferentes espaços sociais.

b. Documentos legais de suporte

A prática pedagógica está fundamentada em documentos legais que orientam a educação no Brasil, sendo estes o alicerce normativo que garantem que a escola implemente suas ações em harmonia com a formação integral do sujeito. Esses referenciais, além de estabelecer diretrizes e compromissos ético-institucionais, fazem também com que o indivíduo tenha garantido o seu desenvolvimento pleno dentro das dimensões cognitivas, sociais, culturais, emocionais e éticas. Sendo assim, a educação sexual encontra respaldo legal nos marcos legais que abordam-na como tema transversal e parte essencial da experiência humana que não pode estar separada do processo educativo.

Dentre os documentos que sustentam essa perspectiva, temos a Constituição Federal de 1988 - CF/88 - (também conhecida como Constituição Cidadã), promulgada em um contexto de redemocratização consolidando a educação como um direito social fundamental. O artigo 205 estabelece que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esse princípio evidencia a escola como um espaço de formação integral do indivíduo considerando sua autonomia, reflexão crítica, experiência de vida, saberes e valores sociais. Ao considerar a sexualidade como parte constitutiva do ser humano, o

ambiente escolar desempenha uma formação formativa para além das salas de aula, construindo cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

Na sequência, após oito anos da promulgação da CF/1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/1996), em seu artigo 1º afirma que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Além desse, podemos citar também o artigo 3º que estabelece princípios como igualdade, liberdade, pluralismo, respeito à diversidade e valorização das experiências. Nesse sentido, a escola pode ser vista como um ambiente onde as múltiplas formas de saber são valorizadas se alinhando a abordagem da educação sexual como um tema transversal.

Sob essa mesma perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece que crianças e adolescentes têm pleno direito à educação para seu desenvolvimento. Em seu artigo 3º,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Dessa forma, podemos compreender que cada indivíduo tem direito de aprender, brincar, ter acesso a atendimento médico e respeito. Em fase de formação, tem garantido o exercício de ser cuidado e de viver em um ambiente que se sinta protegido, feliz e que estimule sua imaginação. Nessa perspectiva, a escola ultrapassa os limites e vai além de ser.

Já o artigo 4º estabelece que a família, a sociedade e o Estado compartilham a responsabilidade da efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Nesse compromisso coletivo devem compreender que o espaço escolar é um ambiente de cuidado, de amparo e de uma educação que esteja voltada para a responsabilidade e o respeito com seu próximo, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O artigo 5º reforça essa ideia quando afirma que

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Esse princípio evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que desenvolvam a consciência corporal e o respeito mútuo dentro de uma perspectiva ética e humanizadora. Nesse sentido, a abordagem da educação sexual vai além de ser apenas informativa e acaba se tornando uma estratégia de prevenção, orientação e fortalecimento da autonomia. Por sua vez, o artigo 15º do ECA assegura que

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Esse fundamento ressalta a importância de uma ação educativa onde a sexualidade é considerada natural ao desenvolvimento humano e deve ser abordada de maneira ética e bem informada no ambiente escolar promovendo espaços de diálogo, acolhimento e orientação. Dessa maneira, a forma de tratar a educação sexual, precisa estar fundamentada nesses valores para que haja um desenvolvimento integral do indivíduo.

Por fim, o artigo 53º reconhece que para que a criança e o adolescente venha a adquirir conhecimento, o processo educativo deve promover situações para o desenvolvimento integral do indivíduo. Deve-se assegurar também a construção de valores, de respeito e a consciência de direitos. Pautado nesse contexto, o ECA reforça a importância do educar promovendo o diálogo, a dignidade e a cidadania.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proporcione a estrutura legal e a proteção necessária para garantir os direitos desses indivíduos, as orientações concretas que conduzem a prática pedagógica estão nos documentos curriculares que direcionam como incorporar a temática ao currículo escolar de forma estruturada e fundamentada.

Complementando essa discussão, o artigo 12º da LDB tem sua relevância reforçando a responsabilidade das instituições de ensino para que os projetos e práticas pedagógicas estejam em consonância com a formação integral do sujeito. Além disso, destaca a importância da relação entre a escola, a família e a comunidade mostrando que esta é um local de construção coletiva e contínua. Concede ao espaço educativo autonomia necessária para abordar temáticas como a educação sexual e a sexualidade de maneira ética, contextualizada e crítica para que se formem indivíduos conscientes, responsáveis e participativos.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incentivam o respeito às diferenças e a formação de atitudes responsáveis, estando alinhado com o ECA no que tange a assistência, o bem-estar e o pleno desenvolvimento do sujeito.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram publicados em 1997 e

direcionam o educador a exercer o seu ensino com qualidade e equidade. Mesmo abordando o tema de forma transversal, sem obrigatoriedade na abordagem e em harmonia com a CF/88 e com a LDB, assegurando de forma integral a formação do ator social de maneira integral abrangendo a perspectiva cognitiva, afetiva, ética, social ou cultural do desenvolvimento humano.

São reconhecidos como a primeira tentativa do Ministério de Educação abordando a sexualidade dentro do currículo escolar. De acordo com Vicente (2023, p.6),

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram a primeira iniciativa do Ministério da Educação voltada para inclusão de questões relativas à sexualidade nas escolas brasileiras. A Orientação Sexual – termo utilizado pelos psicólogos que participaram da elaboração dos PCN – é oficializada nos currículos escolares e apresentada para ser incorporada em todas as áreas do conhecimento, de forma integrada e transversal a todas elas.

Considerando a importância da diversidade ser abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o quadro a seguir elaborado por Márques (2022), nos mostra trechos do volume 10.6 dos PCNs. Este documento procurou dar um apoio pedagógico aos educadores para que possam promover ações educativas voltadas à reflexão crítica, respeito, diálogo e valorização das diferenças, trazendo à luz uma escola democrática e plural.

Quadro 1: a diversidade no volume 10.6 dos PCN

TÍTULO DA SEÇÃO	TRECHO
<i>Apresentação</i>	“[...] Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista” (BRASIL, 1998, p. 287).
<i>Postura dos educadores</i>	“[...] O papel de problematizador e orientador do debate, que cabe ao educador, é essencial para que os adolescentes aprendam a refletir e tomar decisões coerentes com seus valores, no que diz respeito à sua própria sexualidade, ao outro e ao coletivo, conscientes de sua inserção em uma sociedade que incorpora a diversidade“ (idem, p. 304).
<i>Relação escola-famílias</i>	“Diferentes famílias constroem suas histórias e desenvolvem crenças e valores, certamente muito diversos [...]. Compreender e respeitar essa diversidade e dialogar com ela enriquece a comunidade escolar e favorece o desenvolvimento de uma visão crítica por parte dos alunos” (idem, p. 304-305).
<i>Objetivos gerais</i>	“[...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano” (idem, p. 311).
<i>O trabalho com orientação sexual em espaço específico</i>	“Importa é que tenha interesse e disponibilidade para esse trabalho, assim como flexibilidade e disposição pessoal para conhecer e questionar seus próprios valores, respeitando a diversidade dos valores atribuídos à sexualidade na sociedade atual” (idem, p. 312).
<i>Relações de gênero</i>	“O professor deve, então, sinalizar a rigidez das regras existentes nesse grupo, apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser homem ou mulher” (idem, p. 324).
<i>O trabalho com orientação sexual</i>	“Experiências concretas em diferentes redes públicas e escolas particulares do país apontam para a diversidade de possibilidades de estruturação desse espaço” (idem, p. 332)

Fonte: dados da pesquisa

Para que a educação sexual seja integrada ao cotidiano escolar, é de fundamental importância compreender que a escola opera como um ambiente de mediação e reflexão em articulação com a família e a sociedade. Nesse sentido, a instituição educativa assume o papel de promoção de conhecimento crítico a respeito da sexualidade, em suas múltiplas dimensões.

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos. (Brasil, 1998, p.67)

Ao problematizar valores, crenças e tabus, o ambiente escolar contribui para que haja uma construção de uma cidadania consciente e para a formação integral do sujeito. Ao tratar a educação sexual com importância e como tema transversal, acontece o respeito à diversidade e o fortalecimento de competências socioemocionais, estando esta integrada e articulada ao currículo escolar.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados entre 1997 e 1998 aparece o termo *orientação sexual* para ser trabalhado de forma transversal. Busca incentivar a reflexão crítica, autoconhecimento e o respeito às diferenças, mas sua aplicação tem sido um desafio nas escolas a respeito desse tema.

A proposta dos PCNs era promover uma educação em que se proporcionasse aos alunos não apenas os conhecimentos básicos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física, mas também o trabalho com temáticas da atualidade, que resultaram nos chamados Temas Transversais (Marques, 2022, p.02).

Na década de 1990, os professores estavam preocupados em como abordar o assunto, então, em 1996 nos PCNs, junto ao Ministério da Educação, foi proposta que a educação sexual fosse abordada de forma transversal em um documento específico sobre a orientação sexual. Com isso esperava-se que esta não ficasse restrita às aulas de ciências e demais disciplinas que tratam-na em sua forma biológica, mas a fim de que oriente uma reflexão crítica (Silva, 2016, p. 9).

5.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a abordagem transversal da educação sexual

Em meio a lutas e conflitos brasileiros com a transição governamental causada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e as grandes mudanças nos eixos políticos, sociais e econômicos, os debates ideológicos e pedagógicos se intensificaram

em 2017 durante o governo de Michel Temer que se interessou pela reorganização das políticas públicas e pela reformulação do sistema educacional. Criada em meio a tensões e conflitos, a BNCC não contemplou a voz dos atores sociais, mas é o documento em vigência no Brasil.

Ela tem sua estrutura é organizada em competências e habilidades para que os indivíduos se desenvolvam de forma integral e propõe a formação integral “[...] considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades” (BNCC, 2017, p.14).

Buscando orientar a Educação Básica, o documento apresenta dez competências gerais. Vamos nos deter em apenas algumas que se encaixam dentro da temática. Podemos dar destaque para a competência geral 1 que utiliza o uso de conhecimentos para compreender e transformar a realidade; a competência 8 que incentiva o indivíduo a se reconhecer a se valorizar cuidando de seu corpo e de suas emoções. A agir com empatia e entender que faz parte de uma sociedade com diferentes culturas e modos de viver. A competência 9 destaca a importância do ser humano saber viver em sociedade, se reconhecer seus limites. Essas dialogam diretamente com as diretrizes educacionais presentes na Educação Sexual.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017, p.9-10).

Dessa forma, a dimensão humana estará completa quando aprendemos a cuidar de nosso corpo e das nossas emoções, compreendendo que a sociedade é diversa e que devemos agir com empatia e responsabilidade social. Ao dialogar com as competências nossas emoções valorizam os aspectos emocionais, éticos e sociais compreendendo que a sociedade é diversa e que devemos agir com empatia e responsabilidade social.

Inclusive, a BNCC contribui para que a ideia de função social da escola seja fortalecida e entendida como um espaço de diálogo e de construção coletiva de saberes. Quando analisamos o documento, vimos que a educação sexual é reconhecida como um tema transversal, possibilitando ao educador desenvolver uma intervenção

pedagógica dentro dos conteúdos curriculares e pautada na abordagem do corpo, afetividade e respeito.

Em seu estudo, Luciane Vicente (2023) afirma que devemos observar como a educação sexual foi dialogada nas diversas versões da BNCC. Ela realizou entrevistas com professores da rede estadual e municipal do Estado de São Paulo para avaliar o que estes sabiam sobre a temática e como essa se aplica em seu dia a dia, dentro dos currículos e das políticas educacionais. A autora observou que a BNCC passou por diversos avanços e recursos envolvidos em disputas políticas e ideológicas. Com o decorrer dos anos esse documento foi modificado, ao longo de suas versões até chegar a versão final e a discussão acerca da educação sexual foi aos poucos silenciada. Foi observado que a abordagem sobre a sexualidade ganhou cunho biológico, perdendo espaço para discussão afetiva, sobre respeito e sobre a convivência com as diferenças.

Em sua pesquisa com os depoimentos, tanto dos professores, quanto dos sujeitos envolvidos, ela pode perceber a ausência de um envolvimento mais humano de reconhecimento do papel da escola como um local de formação de sujeitos críticos, conscientes e respeitosos.

Diante da relevância e da urgência de essa temática fazer parte da educação no Brasil, faz-se necessário ampliar a noção de sexualidade pelos professores para que possam lidar com as dificuldades resultantes de tabus e preconceitos enraizados na vida social e contribuir na formação de pessoas em sua totalidade (Vicente, 2023. p.19).

Vicente (2023) conclui sua explanação ao afirmar que o problema da educação sexual nas escolas depende muito das escolhas políticas e ideológicas que podem afetar o cotidiano escolar. Ela reforça a importância de falar sobre o tema no espaço escolar para que haja diálogo, acolhimento, respeito, escuta e dignidade.

A BNCC nos ajuda com a organização do currículo, defende uma formação integral e orienta o trabalho pedagógico, mas ao mesmo tempo reduz a autonomia docente, não contempla a diversidade culturais e sociais presentes no Brasil e as temáticas como a educação sexual, acaba tendo suas limitações. A Base Nacional Comum Curricular é muito importante para o trabalho do professor, mas ainda precisa desenvolver práticas que contemplem o indivíduo em sua pluralidade.

6 OS DESAFIOS E SILENCIAMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Historicamente, a educação sexual sempre foi cercada por entraves como o tabus cultural, a religião e a oposição da família. Estudiosos como Bueno e Ribeiro (2018), Figueiró (1988) e Rosemberg (1985) analisaram a história desta temática,

mostrando as dificuldades encontradas pelas pessoas que se dedicaram a expandir o conhecimento dos indivíduos sobre a educação sexual dentro das escolas do nosso país.

A forte presença da Igreja Católica ao longo dos anos nas tomadas de decisões ligadas a educação, impondo restrições ao trabalho pedagógico foi descrito por Rosemberg (1985, p.12) quando a mesma relata que:

a Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, por sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo pela posição de destaque que ocupou na Educação Nacional através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino.

Vemos que esta oposição ferrenha a questões associadas à sexualidade gerava um sério desconforto nos educadores, pois como a autora destaca que, o discurso formal sobre a sexualidade ou era negado ou era usado como pretexto para desencadear comportamentos punitivos.

Neste contexto por conta desta postura restritiva as primeiras experiências que envolviam a educação sexual na escola antes dos anos 60 foram ocorridas em escolas laicas ou protestantes, Figueiró (1988, p. 124) relata que “uma primeira iniciativa de incluir a educação sexual no currículo escolar data de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, cuja experiência prosseguiu por vários anos”.

De acordo com os autores citados acima, os primeiros anos da década de 60 foram um dos momentos mais propícios a realização de projetos ligados à educação sexual. Assim relata Bueno e Ribeiro (2018, p.51): “durante a década de 1960 ocorreu a implementação de programas de Educação Sexual em algumas escolas do país, o que só pôde ser possível devido às transformações culturais, políticas e sociais da época”. Mas, devido ao início do regime militar em 1964, mesmo sem uma lei ou proibição clara, houve uma grande perseguição àqueles que se dedicam a propagar a educação sexual nas escolas. Diante do cenário político do nosso país naquele momento, Figueiró (1988) destaca que, em consequência disso, muitas experiências que vinham sendo realizadas foram encerradas; algumas porém continuaram sendo realizadas na semi-clandestinidade.

Diante da conjuntura autoritária e moralista que se instalou em nosso país, os educadores que continuaram desenvolvendo seus projetos de educação sexual foram expostos a uma pressão severa e vigilância constante, até mesmo de profissionais da educação. Como expõe Rosemberg (1985, p. 14), “as autoridades educacionais, no período faziam marcar sua presença vigilante como guardiões da moral dos alunos”. A

autora menciona inúmeras situações que esses professores passaram, por conta de tal prática, casos de instalação de inquéritos e processos, interrogatórios, repreensão e suspensão dos envolvidos nos programas de educação sexual.

A cultura ligada ao moralismo religioso influencia a sociedade a pensar na educação sexual como um assunto privado, que só deve ser discutido no seio familiar, traz uma certa dificuldade para a inclusão da temática no currículo escolar,

Historicamente a educação sexual era vista sobre o olhar moralista associada ao pecado, a vergonha, a um erro que gerou um silecionamento atravessando gerações e que ainda existe nas práticas escolares.

No momento atual o debate sobre a educação sexual no contexto escolar tem sido marcado por discursos de grupos associados à extrema direita, no qual se posicionam contrários à abordagem da sexualidade na escola, pois, os mesmos defendem que a educação sexual deve ser responsabilidade exclusiva da família, restringindo o papel da escola apenas ao ensino de conteúdos, Esta visão traz prejuízos significativos para o desenvolvimento integral dos educandos, visto que a omissão deste assunto no ambiente escolar contribui para a desinformação, o aumento do preconceito e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes a situações de violências.

6.1 A formação docente

A qualidade da educação está relacionada com a formação dos professores, pois esta qualificação ajuda os docentes a atuar de forma crítica e transformadora, aplicando os seus conhecimentos. No entanto muitos se sentem por vezes desconfortáveis ou até mesmo despreparados para abordar determinadas temáticas em sala de aula e muitas escolas não oferecem uma formação continuada onde os professores possam debater temas como a sexualidade.

No Brasil, a educação sexual dentro das faculdades e universidades não tem a abordagem de uma disciplina que discuta sobre as dimensões afetivas, culturais e sociais da sexualidade, deixando lacunas importantes e fazendo com que muitos futuros profissionais se sintam incapazes e recorram ao silêncio como forma de defesa. De acordo com Figueiró (2009), a formação docente é desarticulada e muitos educadores sentem-se inseguros seja por falta de preparo ou pelo ambiente escolar desfavorável.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico (PPC) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, pudemos perceber um cenário preocupante em relação à Educação Sexual. A temática acaba aparecendo de forma fragmentada, sem muito aprofundamento, muitas vezes em disciplinas como “Educação e Gênero” ou suprimidas em ementas de outras disciplinas.

A sexualidade é tratada como um conteúdo transversal e/ou secundário. Observamos que disciplinas como Psicologia, Sociologia e Metodologias da Infância deveriam ser os principais espaços de debate sobre a sexualidade, pois cada uma aborda de um ângulo diferente a temática; seja no desenvolvimento do sujeito, suas relações sociais ou na prática do professor em sala de aula. É fundamental que a formação docente, principalmente na pedagogia, trate a Educação Sexual com compromisso ético para que haja uma prática pedagógica transformadora. Pois, são os pedagogos que estão presentes na vida das crianças desde a primeira infância até o início da adolescência.

Paulo Freire (2002, p.39), em sua obra *Pedagogia do Oprimido* afirmou que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Através desta afirmação, podemos entender que os professores estão em constante exercício de aprendizagem. Quando o assunto é sobre sexualidade, durante o período de formação, ela é tratada de forma superficial. Em sua atuação, o educador acaba silenciando e não realiza uma abordagem crítica num tema essencial para a formação humana.

Turesso e Manfré (2024), afirma que a escola e a família desenvolvem um papel importante para a formação integral dos indivíduos que, quando integrados, dão forças ao processo formativo, contribuindo no enfrentamento de tabus e preconceito. Essa relação cria um ambiente de confiança para que temas como a educação sexual seja abordada de forma respeitosa, sensível e responsável.

Portanto é essencial que as escolas desenvolvam projetos para quebrar as tradições de tabus, moralismo e preconceitos que estão tão enraizados entre sujeitos educativos. Maistro (2009) chama a atenção a respeito da construção do conhecimento alinhando teoria e prática. Nesse sentido, é fundamental o envolvimento da família e da comunidade escolar, pois o diálogo entre escola e família fortalece vínculos de confiança possibilitando uma abordagem adequada, respeitosa e saudável.

Um projeto de educação sexual, dentro da prática educativa, é uma estratégia de ensino/aprendizagem que visa, por meio da investigação de um tema ou de um problema, vincular a teoria à prática, provocando a necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador, tornando-os responsáveis pela sua elaboração e pelo seu desenvolvimento (Maistro, 2009, p.40).

Dessa forma, a escola precisa desenvolver uma metodologia em que a educação sexual seja um instrumento formador, visando desenvolvimento integral do indivíduo de maneira participativa, estimulando o diálogo entre o aluno, o professor e as famílias. Nessa mesma perspectiva, de acordo Nunes (2012, p. 4, 10 e 11), os educadores reconhecem que trabalhar educação sexual dentro das escolas é de extrema relevância,

mas algumas escolas não possuem as ferramentas necessárias e o suporte necessário, sendo que alguns professores até tem uma formação, mas a escola não apresenta estrutura para o trabalho.

Em suma, as transformações ocorridas, modificaram o processo educativo, antes fundamentado em um modelo tradicional, com o professor visto como o único detentor do conhecimento e os alunos colocando-os de forma passiva na aprendizagem. Nesse contexto, o educador acaba limitando sua prática e não realiza uma abordagem crítica num tema essencial para a formação humana. A educação como a conhecemos atualmente, surge com um postura mais dinâmica, crítica e reflexiva tornando o docente como mediador e o aluno ativo e protagonista de sua própria construção do conhecimento

Nesse sentido é muito importante refletir sobre a inserção de temas importantes e relevantes e por muitas vezes delicados como a educação sexual dentro do cotidiano escolar. O professor como mediador está além da simples transmissão de conteúdos, ele assume o compromisso de informar sujeitos críticos conscientes e capazes de tratar o outro com respeito e empatia. Por isso a prática pedagógica assume o papel transformador para o desenvolvimento integral do sujeito baseado no diálogo na valorização da diversidade e uma educação voltada para a formação humana.

As estratégias pedagógicas devem estar pautadas numa abordagem transversal contínua e respeitosa para além de informações biológicas. Em seu planejamento os professores precisam considerar o contexto sociocultural de seus alunos e promover rodas de conversa debates situações de cotidiano Para que haja diálogo aberto escutar ativa onde o vínculo entre educador e estudante é fortalecido .

Trabalhar o tema de forma interdisciplinar permite uma compreensão mais significativa sobre a educação sexual além do envolvimento da família e da comunidade escolar a fim de evitar resistências e preconceitos favorecendo um ambiente mais acolhedor e seguro onde o diálogo sobre a sexualidade aconteça de maneira natural e Educativa. Os educadores precisam ter uma postura ética e empática diante das dúvidas e experiências dos alunos e a instituição escolar deve oferecer uma formação continuada para os professores com materiais didáticos adequados e políticas públicas que incluam a educação sexual como parte social do currículo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas considerações apresentadas ao longo desse trabalho, compreende-se que a educação sexual nas escolas é um assunto urgente para garantir a formação integral dos alunos. Por muito tempo, esse tema foi silenciado,

principalmente por influências culturais, morais e religiosas, o que contribuiu para a reprodução de preconceitos e desinformações. No entanto, as inúmeras transformações sociais educacionais nos mostrou que a escola deve assumir seu papel como espaço de diálogo, orientação e acolhimento.

As análises expostas evidenciam que o professor exerce papel fundamental nesse processo, conduzindo os alunos a refletirem. Exige-se do educador uma postura sensível, preparada e uma formação adequada para que possa lidar com essas questões que envolvem o sentimento, comportamento e identidade. Por isso, quando a escola investe numa formação continuada para os educadores, possibilita um desenvolvimento de práticas pedagógicas conscientes, seguras e inclusivas.

Ressalta-se ainda a importância da educação sexual estar alinhada ao projeto pedagógico de forma transversal e interdisciplinar, possibilitando que as diferentes áreas de conhecimento participem do processo educativo. O vínculo entre a escola e a família também contribui para uma compreensão mais ampla e coerente da temática, promovendo o diálogo.

Conclui-se, portanto, que a educação sexual, quando conduzida com respeito diálogo e dentro da prática pedagógica, fortalece a autoestima dos alunos, combate os preconceitos e promove uma convivência mais saudável. Dessa forma, a escola cumpre com a sua função social que é formar sujeitos críticos conscientes responsáveis e capazes de compreender e respeitar a si mesmos e aos outros.

REFERÊNCIAS

ANTONIASSI, Patrícia Vieira; MIRANDA, Meiri Aparecida Gurgel de Campos. Projeto Vale Sonhar como instrumento de educação sexual nas escolas públicas de São Paulo. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, 2020. DOI: 10.14244/198271993801. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3801>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 07 de outubro de 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/23478968/A_Reprodu%C3%A7%C3%A3o_Elementos_para_uma_Teoria_do_Sistema_de_Ensino_BORDIEU_Pierre_PASSERON. Acesso em: 22 de agosto de 2025.

BUENO, Rita de Cássia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: Ponto de Partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v. 4, set. 1998.

FIORINI, Jessica Sampaio. **Educação sexual na escola**: currículo e práticas. Marília : Oficina Universitária. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf Acesso em: 23 de agosto.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Acesso em: 28 de setembro. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2025.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. Obras completas, volume 6. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Paulo César de Souza (Trad.). São Paulo : Companhia das Letras, 2016. Disponível em: <https://share.google/f3WJ8IIOnJukWbv7q> Acesso em: 11 de maio de 2025.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade**, 1905, Disponível em: https://we.riseup.net/assets/580046/Tr%C3%AAs+Ensaio+Sobre+a+Teoria+da+Sexualidade+Sigmund+Freud_.pdf. Acesso Em 26 de Janeiro de 2026

GADOTTI, Moacir **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/9dd4bcb5-1544-4561-927a-8ca7803c1131/content> Acesso em: 26 de junho de 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/548242469/Um-Corpo-Estranho-Guacira-Lopes-Louro#content=query%3Afeminino%2CpageNum%3A40%2CindexOnPage%3A1%2CbestMatch%3Afalse&page=1> Acesso em: 18 de setembro de 2025.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. *Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola*. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.

MÁRQUES, Fernanda Telles. **Cordeiro em pele de lobo?** Reflexões sobre gênero e diversidade sexual no volume 10.6 dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. *Temática*, v. 18, n. 3, Ano XVIII. N. 03. NAMID/UFPB: MARÇO/2022. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/index> Acesso: 24 de setembro de 2025.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius e a educação**. Alfredo Veiga-neto (Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NUNES, C. A. Política, sexualidade e educação. **Revista Digital do Paideia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 4-17, Out. 2011 – Mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635447/3240> . Acesso em: 31 de outubro de 2025.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004..

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista educação para a sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 7-15, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, 1985.

SILVA, Karla Firmino da. **Pedagogia da sexualidade: o papel do professor**. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4317/1/KFS22112016.pdf> Acesso em: 16 de abril de 2025.

SOUZA, Valdinéia Aniceto de; SOUZA, Isabela Augusta Andrade. Orientação Sexual na Escola: desafios e realidade. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 2, n. 2, p. 248–256, Ago./Dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9110/4961>. Acesso em: 25 set. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TURESSO, M. A.; MANFRÉ, A. H. Formação de professores: desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 24, n. 246, p. 50-60, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/71767>. Acesso em: 25 set. 2025.

VICENTE, Luciene da Silva. **A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática**. Belo

Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. disponível em:
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5559> Acesso em: 19 ago. 2025.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.